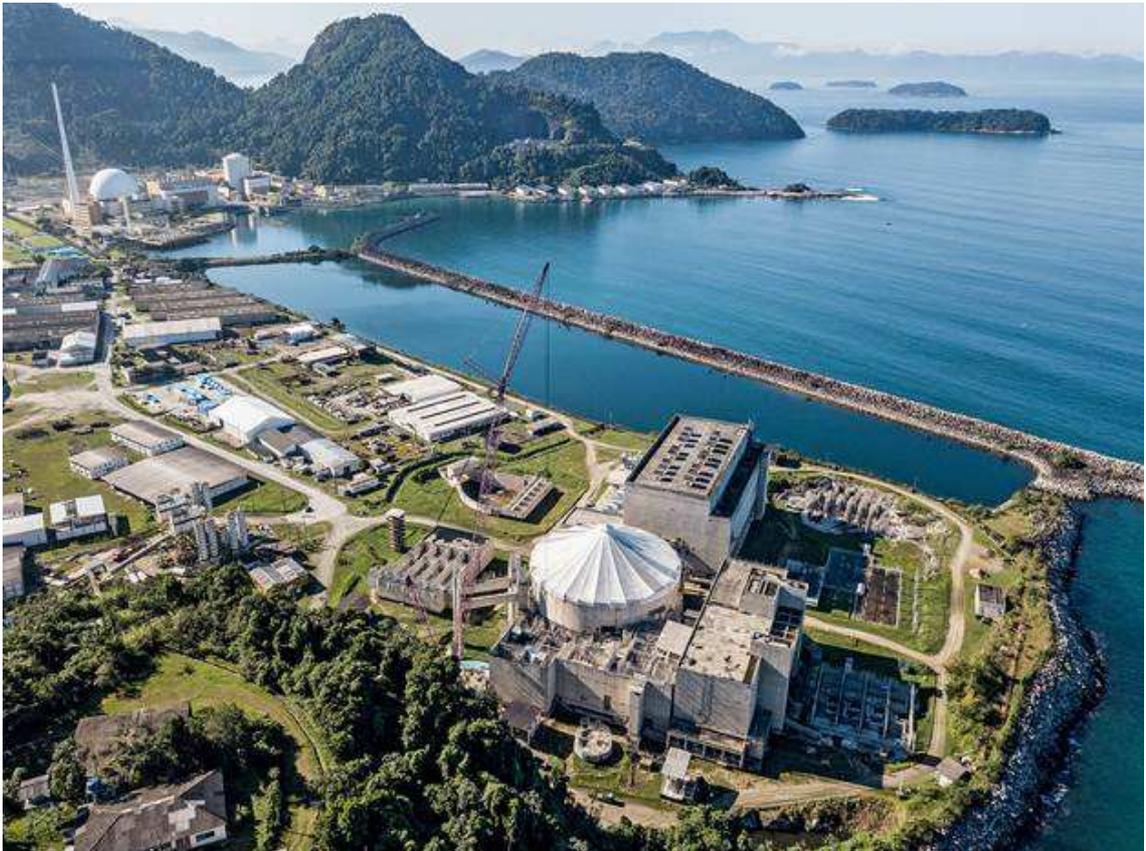


CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA DA ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. – ELETRONUCLEAR

2019



Sumário

Mensagem do Conselho de Administração	03
Identificação Geral	04
Políticas Públicas e Interesse Público	05
Dados Econômicos e Financeiros	07
Estruturas de Governança	12
Remuneração da Administração e do Conselho Fiscal	18

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2019 foi marcado por muito trabalho e resiliência na busca das metas traçadas pela Companhia que, embora ambiciosas, estão sendo perseguidas com afinco e foco pelos nossos colaboradores.

Somente com a dedicação de todos está sendo possível caminhar de forma responsável e estruturada na direção, cada vez mais próxima, da retomada de Angra 3, contando sempre com o apoio primordial da Eletrobras Holding e do Governo Federal na busca por soluções.

O caminho pouco a pouco está sendo pavimentado, seja nos progressos para definição da modelagem da retomada ou nas ações para viabilizar a execução da chamada linha crítica do empreendimento Angra 3.

Não menos importante, foram os progressos alcançados nas obras de construção da Unidade de Armazenamento a Seco - UAS, o que possibilitará a destinação adequada e segura dos rejeitos produzidos pelas usinas.

Além disso, avançam as ações do projeto de extensão da vida útil da Usina de Angra 1, permitindo a prorrogação das atividades comerciais de geração de energia por mais 20 anos.

Todos esses desafios sem descuidar das ações preventivas e corretivas de governança, com atuação na gestão de risco e conformidade, através da disseminação dos preceitos insculpidos no Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras, visando sempre à melhoria dos processos, em atenção à Lei 13.303/2016.

Em recado à sociedade, podem estar certos que estamos empenhando todos os esforços para atingirmos os objetivos traçados pela administração da Companhia e seu controlador, ainda que vivenciando um dos períodos mais dramáticos da história mundial, com o flagelo da Covid-19.

Temos a noção exata da responsabilidade de ser um dos condutores do crescimento econômico do país com a retomada de Angra 3, gerando energia limpa e competitiva com outras matrizes energéticas, e assim girar a roda da economia em prol dos brasileiros.

Os dados de 2019 são a prova da melhoria do perfil da Companhia, que vem sendo implementada ano a ano nos melhores padrões de governança e eficiência.

Na persecução de seu interesse público, a Eletronuclear consignou em seu Estatuto Social que a Companhia atenderá as Políticas exaradas pela Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A, além do cumprimento das Leis nº (s) 3.890-A/61 e 13.303/2016.

Feitas tais considerações, em atendimento ao art. 8º, incisos I, III, e VIII, art. 23, § 2º, ambos da Lei 13.303/16, e art. 19, inciso I, do Decreto 8.945/16, o Conselho de Administração da Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício social de 2019.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ 42.540.211/001-67 e NIRE 33300158006
Sede: Rua da Candelária 65, Centro/RJ – Instalações Industriais: Angra dos Reis e Paraty
Tipo de estatal: Sociedade de Economia Mista
Acionista controlador: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras
Tipo societário: Sociedade Anônima. Tipo de capital: Fechado
Abrangência de atuação: Regional
Setor de atuação: Energia
Diretor de administração e Finanças: Edvaldo Luís Risso – Telefone (21) 2588-7040 E-mail: erisso@eletronuclear.gov.br
Auditores Independentes atuais da empresa – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Responsável Técnico: Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira – Sócio E-mail: anibal.oliveira@pwc.com ; Telefone (21) 3232-2165

Conselheiros de Administração - Subscritores da Carta Anual	CPF
Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira - Presidente	844.097.897-91
Marcio Szechtman	155.239.268-68
Leonam dos Santos Guimarães	466.200.367-91
Leonardo de Paiva Rocha	598.802.797-00
Jailor Capelossi Carneiro	095.319.318-79
Fábio Malina Losso	015.713.439-38
Paulo Artur Pimentel T. da Silva	002.629.417-67

Administradores - Subscritores da Carta Anual	CPF
Leonam dos Santos Guimarães - Diretor Presidente	466.200.367-91
João Carlos da Cunha Bastos - Diretor de Operação e Comercialização	329.629.757-04
Edvaldo Luís Risso - Diretor de Administração e Finanças	005.199.978-16
Ricardo Luis Pereira dos Santos - Diretor Técnico	486.912.407-68

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, inciso I, determina a elaboração de carta anual subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos.

Para fins de cumprimento das obrigações normativas, passamos a detalhar, abaixo, as informações relevantes sobre o assunto.

2.1 Interesse Público Subjacente às atividades empresariais: A Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear é uma sociedade anônima de economia mista, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, constituída na forma da autorização contida no Decreto nº 76.803, de 16 de dezembro de 1975, com a finalidade específica de explorar, em nome da União, atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica, nos termos do Decreto de 23 de maio de 1997.

De acordo com o seu estatuto social, a Eletronuclear terá por objeto a construção e operação de usinas nucleares, a geração, transmissão e comercialização de energia elétrica delas decorrente e a realização de serviços de engenharia e correlatos, compreendendo: **I** - Obtenção de toda a tecnologia a ela relacionada, em especial a relativa ao Sistema Nuclear Gerador a Vapor; **II** - Desenvolvimento, no Brasil, da capacidade de projeto e engenharia de usinas nucleares, pela subcontratação de outras empresas brasileiras de engenharia, para completar os serviços da Companhia; e **III** - promoção da indústria brasileira para a fabricação de componentes para usinas nucleares.

Além disso, possui como missão estatutária as seguintes obrigações:

I - nortear suas ações, buscando a sustentabilidade por meio do equilíbrio econômico, financeiro, social e ambiental nas operações e nas oportunidades de negócio; **II** - observar e cumprir com o Programa de Compliance das empresas Eletrobras; **III** - observar e, quando houver controladas, fazer com que estas observem os requisitos de transparência previstos na legislação em vigor; e **IV** - atuar em inteira conformidade com o Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras e com a Lei Contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977 dos Estados Unidos da América (United States Foreign Corrupt Practices Act of 1977, 15 U.S.C. §78-dd-1, et seq., as amended), e suas subseqüentes alterações, doravante denominada FCPA, e a Lei nº 12.846/2013, bem como qualquer legislação antissuborno e anticorrupção aplicável, ou qualquer outra legislação, regra ou regulamento de propósito e efeito similares, abstendo-se de praticar qualquer conduta que possa ser proibida a pessoas sujeitas à FCPA e à legislação brasileira anticorrupção.

A sede da Companhia fica na cidade do Rio de Janeiro; as instalações industriais, que incluem as usinas Angra 1 e Angra 2, depósitos de resíduos, escritórios, centros de informação e vila residencial, em Angra dos Reis; em Paraty, estão localizados escritórios, vilas residenciais, o laboratório de monitoração ambiental e o centro de treinamento, contando ainda com escritório de representação em Brasília.

Na Praia de Itaorna, município de Angra dos Reis (RJ), está localizada a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAEA, composta de duas usinas em operação – Angra 1, de 640 MW, de fornecimento Westinghouse, e Angra 2, de 1.350 MW, de fabricação Siemens/KWU, ambas utilizando a tecnologia dos reatores a água pressurizada. No mesmo sítio está localizada a usina Angra 3, em fase de construção, semelhante a Angra 2, porém, com potência nominal elevada para 1.405 MW.

A Companhia em números	
Potência total das usinas	1.990 MW
Número de empregados	1.667
Área ocupada pela CNAAA	1,6 km²
Energia produzida em 2019	16.129 GWh
Faturamento total em 2019	R\$ 3 Mil

A atividade de geração de energia elétrica de fonte nuclear é um monopólio estatal, vinculada à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEE, com a fiscalização da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, subordinada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTI.

Em 2019, a produção de energia elétrica produzida correspondeu a 1,2% da matriz energética brasileira. A característica predominantemente hidroelétrica do parque gerador nacional assegura uma posição única para o Brasil, por apresentar uma matriz elétrica majoritariamente baseada em fonte renovável e, portanto, com muito baixa emissão de gases geradores de efeito estufa.

Acompanhando o excelente desempenho em relação à segurança das Usinas, cabe destacar que em 2019, Angra 1 e Angra 2 geraram um total de 16.128.826 MWh, tendo sido o melhor ano de geração elétrica na história da Central.

Angra 1 operou durante 361 dias, em 2019, sincronizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), alcançando o seu recorde de produção, gerando um total de 5.546.164 MWh de Energia Elétrica Bruta, atingindo um Fator de Disponibilidade de 99,56% e um Fator de Capacidade de 98,21%.

Angra 2, por sua vez, operou durante 329 dias, em 2019, sincronizada ao Sistema Interligado Nacional – SIN. A Unidade produziu 10.582.662 MWh de Energia Bruta, o 8º melhor resultado na história, alcançando um Fator de Disponibilidade de 89,60% e um Fator de Capacidade de 89,38%.

No tocante ao empreendimento de Angra 3, em 16 de julho de 2019, foi publicado o Decreto Presidencial nº 9915/2019 que qualificou Angra 3 no Programa de Parceria de Investimentos (PPI). O mesmo decreto criou um Comitê Interministerial para conduzir o processo de definição do modelo de negócio a ser efetivamente adotado. O Comitê é formado por representantes do Ministério de Minas e Energia, Ministério da Economia, do PPI e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O parágrafo único do Artigo 2º do aludido decreto presidencial prevê que a ELETRONUCLEAR contrate estudos independentes, para suportar a decisão final do CPPI, na seleção do modelo

Em 25 de outubro de 2019, foi assinado o contrato com o BNDES para a estruturação do modelo jurídico, econômico e operacional junto à iniciativa privada para a construção, manutenção e exploração de Angra 3. O escopo do trabalho inclui a avaliação independente do trabalho de modelagem realizado pela ELETRONUCLEAR conjuntamente com a Alvarez & Marsal, e recomendação sobre modelo de negócios mais adequado a ser adotado para a conclusão de Angra 3, bem como a estruturação, condução e conclusão do processo de seleção de um parceiro e dos atos contratuais decorrentes.

Além do foco na preservação e melhoria da segurança e produtividade, em vista do esgotamento da capacidade de armazenamento de combustível usado nas piscinas no interior das unidades Angra1 e Angra2, previsto para janeiro de 2022 e julho de 2021, respectivamente, há a necessidade de estender a capacidade da central de armazenagem de combustível usado, o que se fará através da implantação da Unidade de Armazenamento Complementar a Seco –UAS, que se encontra em fase de construção, dentro do cronograma previsto.

Nos próximos anos, os esforços da ELETRONUCLEAR estarão concentrados na conclusão de Angra 3, na finalização da Unidade de Armazenamento a Seco –UAS, na extensão de vida útil de Angra 1, na

implantação das futuras usinas nucleares brasileiras, além da manutenção de elevados padrões de desempenho das usinas de Angra dos Reis.

O Plano Nacional de Energia 2050, elaborado pela EPE e em consulta no MME, considera, além de Angra 3, a construção de 6 novas usinas de geração nuclear, com previsão de operação até o ano de 2050. Ressalte-se que o MME havia determinado que a ELETRONUCLEAR conduzisse os estudos de localização para a construção de uma nova central nuclear a ser instalada na região Nordeste.

A Eletronuclear, em linha com o praticado para plantas similares em todo o mundo, planeja estender a geração de energia por mais 20 anos, tendo para isso estruturado o Programa de Extensão da Vida Útil da Usina de Angra 1. Para a extensão de vida útil da usina a Eletronuclear apresentou à Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN em 29.10.2019 a Solicitação de Renovação da Licença (“SRL”), o que também exigirá, em momento futuro, igual iniciativa junto ao IBAMA.

Tecnicamente, para a extensão da vida útil da usina, faz-se necessária a execução de avaliações de engenharia (gerenciamento do envelhecimento dos sistemas, estruturas e componentes das plantas), avaliações ambientais e os processos de licenciamento nuclear e ambiental, além da implementação de um conjunto de modificações de projeto, substituições e reparos de sistemas e componentes a serem requeridos em decorrência dessas avaliações, envolvendo diversas áreas da Eletronuclear.

Dentre as ações já em curso visando o aperfeiçoamento da gestão ambiental das suas instalações, a Eletronuclear implementou na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto -CNAAA o Sistema de Gestão Ambiental –SGA, em conformidade com a norma ABNT NBR ISO 14001:201.

Quanto às políticas de gestão ambiental, destacaram-se em 2019 um estudo sobre a situação de bancos de sargaço em ilhas e costões rochosos próximos à CNAAA e um diagnóstico de fauna e flora terrestre em áreas de Mata Atlântica ao redor da Central Nuclear. Os resultados do estudo sobre os bancos de algas permitirão verificar a sustentabilidade de algumas coletas do monitoramento ambiental da Eletronuclear. Já o diagnóstico da fauna e flora terrestre apontou uma boa qualidade ambiental nas áreas amostrada

Essas e outras informações poderão ser encontradas no Relatório da Administração e de Responsabilidade Social – 2019, através do link a seguir:

<https://www.eletronuclear.gov.br/Quem-Somos/Governanca/Documents/Balan%c3%a7os/2017/1%20-%20Relat%c3%b3rio%20da%20Administra%c3%a7%c3%a3o%20e%20de%20Responsabilidade%20Social%20-%202019%20v2.pdf>

2.2 Metas Relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas: Cumpre salientar que a Eletronuclear firma, anualmente, com a Eletronuclear Holding a renovação de Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), o que demonstra o compromisso com a alta direção da Empresa com as metas de desempenho preestabelecidas e compatíveis com a estratégia acordada.

Adicionalmente, em observância ao planejamento estratégico (2015-2030), foi lançado em 2017 o Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), para o quinquênio 2018-2022, apresentando os seguintes pilares: **Governança e Conformidade, Disciplina Financeira, Excelência Operacional, Valorização das Pessoas e Atuação Sustentável.**

No tocante ao Projeto Estratégico de Excelência Operacional definido no PDNG, é importante destacar que a iniciativa 07 incrementará receita para Eletronuclear, desde que se alcance:

- viabilizar condições para reinício efetivo das obras de construção da UTE Angra 3;
- buscar tratativas para novos parceiros estrangeiros e governantes, visando à finalização da obra;
- promover estudos para readequação da tarifa, revisão de contratos, renegociação de financiamentos para viabilizar a retomada a obra.

Essas e outras informações poderão ser encontradas no PDNG (2018 – 2022) no link a seguir:
<http://www.eletrobras.com/PDNG2018-2022/>

3. DADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

3.1 Programa de Dispêndios Globais – PDG: No contexto do Programa de Dispêndios Globais – PDG, a Eletronuclear teve seus limites fixados, em orçamento aprovado para o exercício de 2019, no Decreto Nº 9.611, de 14 de dezembro de 2018 (DOU de 14.12.2018 edição extra), e, revisado pela Portaria Nº 563, de 15 de outubro de 2019 (DOU de 17.10.2019).

No exercício, as origens dos recursos econômicos necessários à cobertura dos dispêndios (correntes e de capital) foram fixadas em R\$ 4.742,2 milhões, distribuídas em R\$ 3.722,3 milhões de receitas operacionais (incluídas as receitas de venda de energia de Angra 1 e 2), R\$ 850,0 milhões em adiantamentos para futuro aumento de capital, R\$ 167,1 milhões referentes a financiamentos com a Eletrobras, e R\$ 2,7 milhões em receitas não operacionais.

Para as origens dos recursos econômicos fixadas, houve a realização do montante de R\$ 4.660,8 milhões dos quais se destacam a realização dos valores de R\$ 3.560,5 milhões de receitas operacionais (incluídas as receitas de venda de energia de Angra 1 e 2), R\$ 167,1 milhões em recursos de financiamentos de longo prazo e R\$ 162,9 milhões em receitas não operacionais.

Em relação aos dispêndios econômicos, foi fixado o limite de R\$ 3.986,4 milhões, distribuídos em R\$ 2.566,8 milhões para dispêndios correntes, R\$ 1.154,0 milhões para investimentos e R\$ 265,6 milhões para outros dispêndios de capital (amortizações de financiamentos).

Em termos de realizações, foram gastos R\$ 3.100,2 milhões em dispêndios correntes, R\$ 822,8 milhões em investimentos e R\$ 267,5 milhões em outros dispêndios de capital (amortizações de financiamentos), totalizando R\$ 4.190,5 milhões.

Os valores realizados com dispêndios correntes no montante de R\$ 3.100,2 milhões concentraram-se naqueles necessários à garantia de performance operacional, destacando-se: pessoal e encargos (R\$ 729,1 milhões), programa de desligamento voluntário (R\$ 10,3 milhões), serviços de terceiros (R\$ 266,0 milhões), combustível nuclear (R\$ 430,4 milhões), impostos/contribuições (R\$ 479,3 milhões), compra de energia (R\$ 172,6 milhões), materiais de consumo (R\$ 35,1 milhões), juros e outros (R\$ 872,3 milhões), e outros dispêndios correntes (R\$ 105,1 milhões).

Já as realizações dos dispêndios com investimentos no valor de R\$ 822,9 milhões se concentraram em quatro programas (ações): Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3 (R\$ 649,9 milhões), Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e 2 (R\$ 165,3 milhões), Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica (R\$ 0,3 milhão) e Infraestrutura de Apoio (R\$ 7,4 milhões).

3.2 Demonstrações Financeiras: O desempenho da Empresa em 2019 indica que o caminho trilhado nos últimos anos segue a direção correta. Entretanto, temos pela frente importantes desafios que serão decisivos para o sucesso em longo prazo da Eletronuclear.

Dentre estes desafios, destaca-se a conclusão de Angra 3, um empreendimento fundamental para a Eletronuclear e por extensão para a sua controladora. A viabilização das futuras usinas nucleares brasileiras é outro ponto importante, haja vista a comprovação da necessidade de complementação térmica à matriz elétrica brasileira.

O despacho de nossas usinas praticamente a 100% ao longo de todo o ano de 2019 evidencia o papel que a geração térmica de base vem desempenhando na garantia da segurança do suprimento de energia elétrica.

3.2.1 Resultado do exercício: Abaixo quadro sintético gerencial do resultado do exercício e do resultado do exercício expurgado os efeitos de provisões/reversões de Impairment/Contrato Oneroso de Angra 3, dados comparativos ao exercício 2018:

RESULTADO DO EXERCÍCIO - R\$ MIL		
	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	3.088.510	2.978.758
Custo operacional	(1.754.369)	(1.953.058)
Despesas operacionais	<u>(1.008.358)</u>	<u>6.957.416</u>
Resultado do Serviço de Energia Elétrica	325.783	7.983.116
Resultado financeiro	<u>(683.743)</u>	<u>(119.424)</u>
Resultado antes dos Impostos	(357.960)	7.863.692
Imposto de renda e contribuição social	<u>(122.151)</u>	<u>(105.404)</u>
Resultado líquido do exercício	(480.111)	7.758.288

RESULTADO DO EXERCÍCIO - R\$ MIL		
	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	3.088.510	2.978.758
Custo operacional	(1.754.369)	(1.953.058)
Despesas operacionais	<u>(1.008.358)</u>	<u>6.957.416</u>
Resultado do Serviço de Energia Elétrica	325.783	7.983.116
Resultado financeiro	<u>(683.743)</u>	<u>(119.424)</u>
Resultado antes dos Impostos	(357.960)	7.863.692
Imposto de renda e contribuição social	<u>(122.151)</u>	<u>(105.404)</u>
Resultado líquido do exercício	(480.111)	7.758.288

A Eletronuclear apresentou ao final de seu exercício findo em 31.12.2019 um prejuízo líquido de R\$ 480.111 mil.

No quadro a seguir, são demonstradas as mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31.12.2018 e 31.12.2019:

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018				
(em milhares de reais)				
	CAPITAL SOCIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	6.607.258	(11.495.803)	(258.994)	(5.147.539)
Lucro líquido do exercício	-	7.758.288	-	7.758.288
Perda em benefícios pós-emprego	-	-	(308.050)	(308.050)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	6.607.258	(3.737.515)	(567.044)	2.302.699
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	6.607.258	(3.737.515)	(567.044)	2.302.699
Prejuízo do exercício	-	(480.111)	-	(480.111)
Ganho em benefícios pós-emprego	-	-	179.497	179.497
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	6.607.258	(4.217.626)	(387.547)	2.002.085
(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)				

d) Receita operacional líquida

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ MIL	
	31/12/2019	31/12/2018
Suprimento de energia elétrica	3.519.585	3.395.986
Outras receitas	74	92
Deduções da receita operacional		
PASEP/COFINS	(325.562)	(314.129)
RGR	(97.692)	(93.673)
Taxa de Fiscalização	(7.895)	(8.207)
Outras deduções	-	(1.311)
TOTAL	3.088.510	2.978.758

e) Custo operacional e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizam, no exercício de 2019, um montante de R\$ 2.762.727 mil conforme quadro sintético abaixo.

CUSTO E DESPESA OPERACIONAL		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	31/12/2019	31/12/2018
Encargos de uso da rede de transmissão	120.127	116.801
Encargos de uso do sistema de distribuição	52.534	143.761
Pessoal	655.966	559.682
Pessoal - plano médico incentivo desligamento	11.592	30.775
Pessoal - incentivo desligamento	(10.409)	(23.470)
Material	35.073	56.178
Serviços de terceiros	299.125	343.479
Depreciação e amortização	552.190	505.624
Depreciação direito de uso - IFRS 16	23.327	-
Combustível para produção de energia elétrica	430.406	408.383
Aluguéis	7.240	29.710
Provisões para risco	(9.912)	43.578
Provisões benefício pós-emprego	4.320	(57.877)
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	6.197	146
<i>Impairment</i> de Angra 3	462.122	(5.853.710)
Contrato Oneroso de Angra 3	-	(1.388.843)
Outras provisões	262	15.827
Outros	122.567	65.598
TOTAL	2.762.727	(5.004.358)

f) Indicadores financeiros e econômicos

Abaixo quadro comparativo dos Indicadores Financeiros e Econômicos:

INDICADORES	2019	2018
Liquidez Corrente	0,65	0,63
Liquidez Geral	0,24	0,23
Endividamento Total	0,88	0,85
Rentabilidade do Capital Próprio - %	(23,98)	336,92
Margem Operacional Bruta - %	43,20	34,43
Margem Operacional do Serviço - %	10,55	268,00
Margem Operacional Líquida - %	(11,59)	263,99
Taxa de Lucratividade Final - %	(15,55)	260,45

Essas e outras informações poderão ser encontradas no link a seguir:

<http://www.eletronuclear.gov.br/Quem-Somos/Governanca/Paginas/Balancos.aspx>

4. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

4.1 Da Governança Corporativa: Em razão de ser uma Companhia controlada pela Eletrobras Holding, a Eletro nuclear também segue as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da B3, no Brasil.

No âmbito internacional, está sujeita às normas da Securities and Exchange Commission (SEC) e da Nyse.

A estrutura de governança está fundamentada nas melhores práticas do mercado, de forma a transmitir confiança e transparência junto aos acionistas, investidores, clientes, fornecedores, colaboradores e a sociedade em geral, sempre em consonância com as premissas do Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras.

A Eletro nuclear, em ação conjunta com a Eletrobras holding, tomou relevantes iniciativas para melhoria de seus processos de governança, destacando, em especial, a revisão dos instrumentos de governança, tais como o estatuto social, o manual de organização, os regimentos internos da alta administração, dentre outros.

Ademais, estão definidas de forma clara as atribuições e responsabilidades dos administradores no que diz respeito à formulação, aprovação, condução e execução das políticas e diretrizes para consecução dos negócios da Eletro nuclear, assegurando ainda o papel do conselho fiscal na fiscalização dos atos e contas dos seus administradores e gestores.

4.2 Estrutura Societária: A Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletro nuclear é uma sociedade anônima de economia mista, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobras, vinculada ao Ministério de Minas e Energia sendo regida pela Lei 6404/76 – Lei das Sociedades por Ações, e pelo seu Estatuto Social.

O capital social da Eletrobras Eletro nuclear é de R\$ 6.607.257.672,55 (seis bilhões, seiscentos e sete milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) divididos em 20.401.976.042 (vinte bilhões, quatrocentos e um milhões, novecentos e setenta e seis mil e quarenta e duas) ações ordinárias, com direito de voto, e 5.719.179.505 (cinco bilhões, setecentos e dezenove milhões, cento e setenta e nove mil e quinhentos e cinco) ações preferenciais sem direito de voto, todas nominativas e sem valor nominal.

4.2.1 Acionistas e sua participação de capital

- Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras: 99,91%
- Outros (Pessoas Jurídicas e Físicas): 0,09%

O valor patrimonial da ação – VPA em dezembro de 2019: R\$ 0,076646.

As ações da Eletrobras Eletro nuclear não são negociadas no mercado de valores mobiliários. Para efeito da Lei n.º 6.404/76, a Eletrobras Eletro nuclear é uma sociedade fechada. Entretanto, o acionista minoritário poderá transferir a sua posição acionária, na totalidade ou em parte, através de termo lavrado no livro de “Transferência de Ações Nominativas”, datado e assinado pelo cedente e pelo cessionário, ou seus legítimos representantes.

4.3 Estruturas da Governança: A Eletro nuclear está estruturada por meio de seus processos internos e relacionamentos da administração superior, composta pela Assembléia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

A Ouvidoria e Auditoria Interna estão diretamente ligadas ao Conselho de Administração.



* Em atenção à Lei 13.303/2016 e ao Decreto 8945/2016, a Companhia incorporou em sua estrutura a Superintendência de Governança, Gestão de Riscos e Conformidade, composta pelos Departamentos de Conformidade e de Gestão de Riscos e Controles Internos.

** Os Comitês de Gestão, Pessoas e Elegibilidade e de Riscos Estatutários são únicos para todas as Empresas do Sistema Eletrobras, nos termos, respectivamente, dos artigos 21 e 24, inciso V, do Decreto 8945/2016.

Em cumprimento ao disposto na legislação que regulamenta o funcionamento das sociedades anônimas, a Eletrobras contrata serviços de auditoria independente para todas as empresas Eletrobras, com a finalidade de atestar a adequação de atos ou fatos para conferir confiabilidade a atividades mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações financeiras, tem por objetivo a emissão de pareceres sobre a adequação das contas da Empresa, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e com a legislação específica pertinente.

Cabe destacar a atuação da Superintendência de Governança, Gestão de Riscos e Conformidade, vinculada diretamente ao Diretor-Presidente, é composta pelos Departamentos de Conformidade e de Gestão de Riscos e Controles Internos.

A nova estrutura organizacional harmonizou as atividades em questão às disposições da Lei 13.303/16 e ao Decreto federal nº. 8.945/2006. Ressalte-se que as unidades organizacionais supramencionadas vêm atuando plenamente operacionais, conforme os padrões determinados para as empresas do Sistema Eletrobras.

4.3.1 Assembléia Geral de Acionistas: Além de ordinariamente tratar de matérias previstas em lei, extraordinariamente, delibera sobre: alienação, no todo ou em parte, de ações do seu capital social ou de suas controladas; abertura ou alteração do capital social; venda de valores mobiliários, se em tesouraria; venda de debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emissão de debêntures conversíveis em ações; operações de cisão, fusão, incorporação societária, dissolução e liquidação da empresa; permuta de ações ou outros valores mobiliários; reforma do Estatuto Social; autorização para a empresa mover ação de responsabilidade civil contra os administradores pelos prejuízos causados ao seu patrimônio; eleição e destituição, a qualquer tempo, de liquidantes, julgando-lhes as contas; avaliação de

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA
Aprovada na 423ª Reunião do Conselho de Administração – DCA 423.002.20, de 28/07/2020.

bens que o acionista concorrer para a formação do capital social; e outros assuntos que forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

A Assembléia Geral Ordinária (AGO) ocorreu em 26 de abril de 2019, aprovando, entre outras matérias, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2018.

Em 2019, houve uma Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

4.3.2 Conselho de Administração: Constituído de sete conselheiros, todos brasileiros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos unificados de 2 (dois) anos, permitidas até no máximo 3 (três) reconduções consecutivas, sendo um deles representante do Ministério da Economia, dois independentes e outro representante dos empregados, eleito por voto direto dentre empregados ativos, cabendo a um dos membros, que não poderá ser o Diretor-Presidente da Eletronuclear, a Presidência do Conselho. O Conselho de Administração, ao qual a Auditoria Interna e a Ouvidoria Interna se reportam, se reúne, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

Em 2019, no total, ocorreram 23 reuniões, sendo 11 ordinárias e 12 extraordinárias.

4.3.3 Diretoria Executiva: Constituída pelo Diretor-Presidente e mais 3 (três) diretores, totalizando 4 (quatro) membros, todos brasileiros eleitos pelo Conselho de Administração, com mandatos unificados de 2 (dois) anos, permitidas até 3 (três) reconduções consecutivas, exercendo as suas funções em regime de tempo integral, a saber:

- Presidência;
- Diretoria de Administração e Finanças;
- Diretoria de Operação e Comercialização;
- Diretoria Técnica

A essas diretorias estão subordinadas as assessorias, superintendências, gerências e divisões responsáveis pelas atividades de linha da Companhia.

Houve 55 reuniões no ano de 2019, sendo 49 ordinárias e 06 extraordinárias.

4.3.4 Conselho Fiscal: Constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos brasileiros, eleitos pela Assembleia Geral com mandatos unificados de 2 (dois) anos, permitidas no máximo 2 (duas) reconduções consecutivas. Entre os membros do Conselho Fiscal, um membro efetivo e o respectivo suplente são representantes do Tesouro Nacional.

O conselho se reuniu 13 vezes, sendo que uma delas em caráter extraordinário.

Maiores informações poderão ser encontradas no link a seguir:

<http://www.eletronuclear.gov.br/Quem-Somos/Governanca/Paginas/Estrutura-Organizacional.aspx>

4.4 Auditoria Interna: É vinculada ao Conselho de Administração, sendo responsável por promover o exame das atividades realizadas pelas unidades organizacionais com finalidade de analisar a gestão, verificando, ainda, os processos, procedimentos e controles existentes, bem como o cumprimento das políticas, normativos internos e da legislação em vigor.

De acordo com o Manual de Organização da Eletronuclear, é importante destacar as seguintes atribuições da auditoria:

- Elaborar o Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, em conformidade com as Instruções Normativas emitidas pela Controladoria-Geral da União - CGU e as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário - CAE da empresa, contendo o detalhamento das atividades de auditoria a realizar no próximo ano e submetê-lo primeiramente a apreciação do CAE e da CGU e em seguida à aprovação do Conselho de Administração.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA
Aprovada na 423ª Reunião do Conselho de Administração – DCA 423.002.20, de 28/07/2020.

- Elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN, que é a prestação de contas das atividades realizadas pela Auditoria Interna no ano anterior, em conformidade com as Instruções Normativas emitidas pela Controladoria-Geral da União – CGU e as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário - CAE da empresa. Submetê-lo a apreciação do CAE, dar ciência ao Conselho de Administração e encaminhar a Controladoria-Geral da União.
- Coordenar a elaboração do PAINT (Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna), em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal, contendo o detalhamento das atividades de auditoria a realizar no próximo ano e submetê-lo primeiramente à aprovação da Controladoria-Geral da União e em seguida, ao Conselho de Administração;
- Elaborar o RAIN (Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna), que é a prestação de contas das atividades realizadas pela Auditoria Interna no ano anterior, apresentá-lo inicialmente à Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal, para posteriormente submetê-lo ao Conselho de Administração e em seguida, dar ciência de seu conteúdo à Controladoria-Geral da União;

Maiores informações poderão ser encontradas no link a seguir:

http://www.eletronuclear.gov.br/Quem-Somos/Governanca/Documents/Relatorios%20e%20Balancos/Relatorios%20Anuais%20de%20Atividade%20da%20Auditoria%20Interna/RAIN_2019.pdf

4.5 Ouvidoria Interna: Trata-se de órgão imparcial e independente vinculado ao Conselho de Administração, de relacionamento com os colaboradores da Eletronuclear e com a sociedade em geral.

Neste canal são recebidas, tratadas e respondidas as manifestações, sempre de forma isenta, ética e confidencial. As manifestações são classificadas como reclamação, elogio, solicitação e sugestão, nos termos da Instrução Normativa nº. 5/2018, da Controladoria Geral da União (“CGU”).

O contato poderá ser realizado através da plataforma disponível no site da Eletronuclear, pelo telefone (21 25887115), por carta ou ainda, pessoalmente, no endereço: Rua da Candelária, 65, 11º and, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

À exceção do e-SIC, cuja identificação do solicitante é obrigatória, de acordo com a Lei de Acesso à Informação, nos demais canais de acesso à Ouvidoria é garantido ao solicitante interno e externo o sigilo da identidade e das informações.

O Relatório Anual da Ouvidoria de 2019 poderá ser encontrado no endereço a seguir:

<https://www.eletronuclear.gov.br/Ouvidoria/Paginas/default.aspx>

4.6 Da Ética e compromissos de condutas: Os colaboradores da Eletronuclear, inclusive a Alta Administração e Conselho Fiscal, têm como dever o cumprimento dos preceitos éticos e de conduta definidos no Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletronuclear.

Tendo em vista o atual estágio de maturidade do Programa de Integridade, a Comissão Diretiva de Compliance (CDC), formada por representantes das áreas de Compliance das Empresas Eletronuclear, promoveu diversas ações visando o desenvolvimento e aprimoramento do Programa Eletronuclear 5 dimensões junto aos colaboradores e parceiros.

A Comissão de Ética, por sua vez, é responsável por zelar pela aplicação do Código de Ética, devendo apurar, mediante denúncia ou de ofício, condutas em desacordo com os princípios éticos e os compromissos de condutas lá definidos.

O nosso código de ética poderá ser encontrado no link a seguir:

<http://www.eletronuclear.gov.br/Canais-de-Negocios/Paginas/Etica-e-Compliance.aspx>

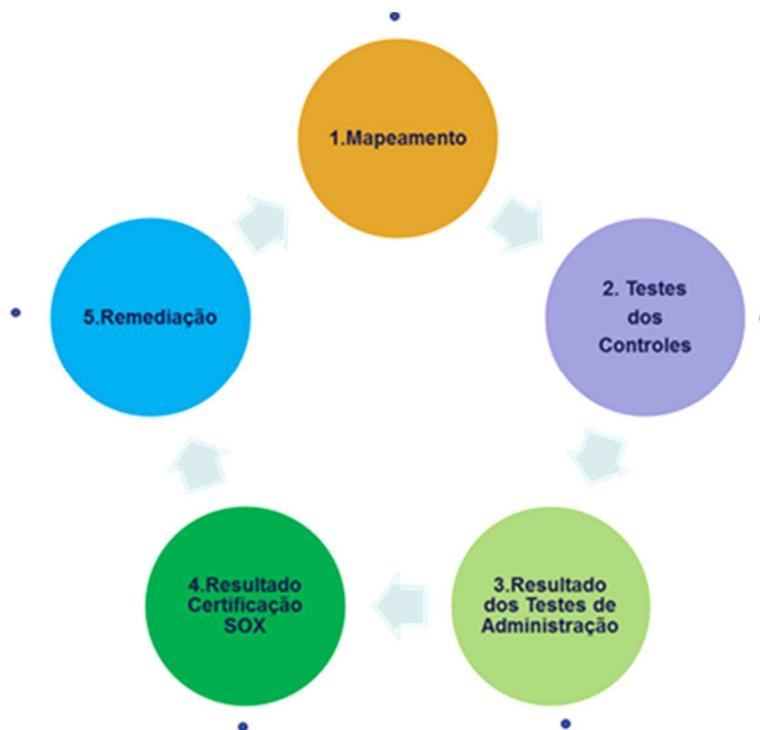
4.7 Gestão de Riscos: Visa reduzir a exposição de riscos através de ações mitigadoras por meio de controles específicos, identificando os processos com maior risco corporativo. Desse modo, quanto maior o grau de mitigação, menor será a possibilidade da concretização do evento de risco.

No último ano, a gestão de riscos corporativos da Eletronuclear buscou consolidar o trabalho finalizado em fevereiro de 2019 por consultoria contratada para estabelecer a metodologia de gestão e avaliação de riscos, a partir dos dez riscos priorizados em 2018 e homologados pela Diretoria Executiva, incluindo a declaração de apetite do risco da Eletronuclear.

Esta metodologia foi amparada inicialmente pela configuração de um sistema automatizado de gestão, instrumento importante face ao contingente reduzido da equipe de riscos. Contudo, a Eletrobras *holding* decidiu implantar a mesma ferramenta na instância única do Sistema de Gestão Empresarial, uniformizando sua utilização em todas as subsidiárias. Enquanto esta iniciativa encontra-se em implantação, a gestão de riscos decidiu promover a reavaliação dos riscos apreciados pela consultoria. O resultado foi uma visão de riscos corporativos bem mais próxima das atividades operacionais dos gestores, facilitando o entendimento e a fluidez do processo.

Como marcos significativos, podemos citar a emissão de nosso primeiro Relatório de Gestão para as áreas de governança da Empresa e da *holding*, a consolidação do vínculo da gestão de riscos com o planejamento estratégico e a ampliação do portfólio de riscos a serem gerenciados a partir de priorizações internas da Empresa.

4.7.1 Controles Internos: O Núcleo de Controles Internos é responsável pelo acompanhamento do processo de Certificação SOX e pelo monitoramento do ambiente de Controle Interno da Companhia. O desenvolvimento dos trabalhos baseia-se na estrutura do COSO resumizada no diagrama abaixo, com a representação das principais atividades:



O ambiente de controle na Eletronuclear é testado anualmente em dois momentos: nos testes da administração conduzidos pela auditoria interna e nos testes de controle realizados pelo auditor externo na Certificação SOx.

A definição da materialidade feita anualmente antecede os testes e norteia a definição do escopo dos processos/controles a serem testados. Estes controles apresentam-se como de maior impacto na elaboração das demonstrações financeiras. Para os controles considerados ineficazes, são elaborados planos de ação mitigatórios para remediação dos mesmos.

4.7.2 Fatores de Risco: Conforme citado anteriormente, o estabelecimento de uma metodologia de análise, avaliação, tratamento, monitoramento e reporte dos riscos corporativos em 2019 permitiu definir procedimentos e métricas de trabalho uniforme para todos os riscos.

A gestão de riscos corporativos é essencialmente preventiva. É necessário atribuir controles de qualidade aos processos de negócio para evitar que os riscos daqueles processos se materializem, pois, uma vez materializados, a resposta ao evento adverso é atribuição exclusiva da área de negócio. Elaborar e operacionalizar controles de qualidade é a parte mais importante da análise, avaliação e tratamento dos riscos, exigindo intensos debates com a área de negócio responsável. Validados os controles, a fase de monitoramento exige outras interações periódicas com os responsáveis para apuração de indicadores, quando existentes, e da atualização do desempenho dos controles. O reporte periódico para a governança da Empresa é feito em apresentações à Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, além do reporte operacional tempestivo aos donos dos riscos e aos operadores de controles. Quando convidado, reporta também ao Comitê de Gestão de Riscos Estatutário de holding.

O processo de avaliação dos riscos considera a medida do impacto x probabilidade do risco. Existem quatro tipos de impacto sobre as operações da Empresa caso o risco corporativo se materialize:

- 1) Impacto financeiro, com a estimativa de perda de receita;
- 2) Impacto de imagem e reputação, com a estimativa do tempo que a empresa leva para recuperar sua imagem e reputação em nível local, regional, nacional e internacional;
- 3) Impacto estratégico, com a estimativa no nível do não atingimento dos objetivos estratégicos; e
- 4) Impacto Legal e Regulatório, com a estimativa de multas, sanções e medidas de resposta.

A probabilidade do risco se materializar é medida pelo desempenho dos controles, quanto ao seu nível de implementação (desempenho) e do grau de mitigação (pertinência) em relação ao risco em particular.

Com novas priorizações e reavaliações, foi possível ampliar em 2019 o portfólio de riscos, isto é, os riscos corporativos que a Empresa gerencia ou tem como meta gerenciar a curto prazo. A lista vem a seguir:

Portfólio de Riscos Eletronuclear (2019)			
Risco Corporativos	Fatores	Controles	Indicadores
OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO NA GERAÇÃO	13	59	1
REVISÃO TARIFÁRIA NA GERAÇÃO	11	20	Em estudo
FLUXO DE CAIXA	09	17	1
FORMAÇÃO E GESTÃO DO CONTENCIOSO	12	44	3
GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS	17	98	5
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS	12	28	1
GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS	18	68	3
SEGURANÇA DE TIC	13	59	1
PROJ. DE ENGENHARIA COM ÊNFASE NA EXTENSÃO DE VIDA ÚTIL DE ANGRA 1	10	25	Em estudo
ARMAZENAMENTO DE ELEMENTOS COMBUSTÍVEIS IRRADIADOS	07	14	3

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	Fatores e controles definidos, aguardando validação do Dono do Risco
SEGURANÇA PATRIMONIAL	Fatores e controles definidos, aguardando validação do Dono do Risco
GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS COM ÊNFASE EM SUPRIMENTOS CRÍTICOS	Fatores definidos, aguardando validação do Dono do Risco
GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS COM ÊNFASE NA INTERRUÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS	Fatores definidos, aguardando validação do Dono do Risco
COMBUSTÍVEL NUCLEAR	Fatores e controles definidos, validados pelo Dono do Risco, aguardando avaliação

4.8 Programa de Integridade (Conformidade): Assim como vem ocorrendo nos últimos anos, foram realizadas em 2019 ações para o desenvolvimento e aprimoramento do Programa de Integridade das Empresas Eletrobras, com destaque para a avaliação de integridade de fornecedores nos processos de contratação, convênios, patrocínios e doações, através da aplicação do formulário de due diligence e do background check, além do treinamento de colaboradores fornecedores e gestores, incluindo a distribuição do Código de Conduta Ética e de Integridade e disseminação dos demais normativos de integridade.

Cumprir destacar que o Programa de Integridade das Empresas Eletrobras ainda se encontra em fase de maturação, sendo necessário o seu contínuo monitoramento, desenvolvimento e aprimoramento periódico, por meio da implantação da cultura de integridade, elevando a Eletronuclear aos melhores padrões de confiabilidade e respeito exigidos pelos investidores nacionais e internacionais.

Outras informações sobre o Programa de Integridade poderão ser obtidas no link a seguir:
<http://www.eletronuclear.gov.br/Quem-Somos/Governanca/Paginas/Programa-Anticorruptcao.aspx>

4.9 Principais Relacionamentos da Eletronuclear: A Eletronuclear está presente nos principais fóruns e mantém relacionamento constante com instituições, como: Ministério de Minas e Energia (MME), Eletrobras, Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), assim com órgãos da esfera estadual e municipal situados no Estado do Rio de Janeiro.

Além disso, é associada a diversas organizações internacionais na sua área de atuação como a World Association of Nuclear Operators – Wano, o Electric Power Research Institute EPRI, a Agência Internacional de Energia Atômica

AIEA, a Section of the Latin American Nuclear Society – LAS, a American Nuclear Society – ANS, World Nuclear Association – WNA e o Institute of Nuclear Plant Operators Inpo. No País, a Companhia está associada à Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – Abdib, à Associação Brasileira de Energia Nuclear – Aben, ao Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, à Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro– Firjan, à Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRJ, Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – Cebds, entre outras entidades.

5. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva é composta por honorários mensais, com a aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), sendo definidos anualmente pela Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com o artigo 152 da Lei 6.404/76.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA
Aprovada na 423ª Reunião do Conselho de Administração – DCA 423.002.20, de 28/07/2020.

A prática de remuneração adotada aos nossos administradores visa reconhecer a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, bem como as práticas aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da Companhia, em consonância também com as regras definidas para as empresas estatais, pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, nos termos da lei n.º 9.292/96, é fixada em dez por cento da remuneração média mensal dos diretores, excluídos os valores referentes aos benefícios diretos e indiretos concedidos aos referidos membros.

Conforme se verifica na ata da 43ª Assembleia Geral Ordinária, de 26 de abril de 2019, foi mantida a remuneração global dos Administradores e membros do Conselho Fiscal fixada para o exercício 2018/2019, nos seguintes termos: “*Em prosseguimento ao item 3, a representante da ELETROBRAS, acionista controlador, votou pela retirada de pauta do item que trata da deliberação da remuneração da Diretoria Executiva, dos Conselheiros de Administração e Fiscal, considerando orientação da SEST com base no item, 9.3 do Acórdão do TCU nº 830/2019, de 10/04/2019 que determinou “...cauteladamente que a Eletronuclear se abstenha de deliberar sobre possível concessão de aumento remuneratório de qualquer espécie para sua diretoria, até que esta Corte realize a análise de informações acerca da situação financeira da estatal, em particular, da existência de indícios de dependência do Tesouro Nacional”. Em caso de decisão posterior do TCU, sobre revisão da medida cautelar que autorize a deliberação sobre a matéria, o Conselho de Administração da Companhia deverá convocar nova Assembleia Geral de Acionistas, enquanto não houver decisão definitiva por parte do TCU, os pagamentos efetuados à Diretoria Executiva, Conselheiros de Administração e Fiscal permanecem nos mesmos montantes aprovados na Assembleia Geral Ordinária para o exercício 2018/2019 conforme, Nota Técnica SEST nº 6513/2018-MP. Os demais acionistas presentes acompanharam a proposição do acionista controlador, abstendo-se de votar os legalmente impedidos”.*

De acordo com a Lei Federal n.º 12.813, de 16 de maio de 2013, e nos termos do art. 4º do Decreto n.º 4.187, de 8 de abril de 2002, os membros da Diretoria Executiva fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo. Tal benefício, denominado “Quarentena”, tem por objetivo garantir a não assunção de outros cargos e/ou novos cargos, pelos ex-administradores da companhia, em sociedades consideradas concorrentes da companhia nos seis meses subsequentes à sua saída.

As atas da 42ª e 43ª das Assembleias Gerais Ordinárias poderão ser obtidas nos links a seguir:

[http://www.eletronuclear.gov.br/Quem-Somos/Governanca/Paginas/Relatorios-e-Balancos.aspx?bibliotecaDoc=Atas%20das%20Assembl%3%A9ias%20\(a%20partir%20de%202008\)/Assembl%3%A9ias%20Gerais%20Ordin%3A1rias](http://www.eletronuclear.gov.br/Quem-Somos/Governanca/Paginas/Relatorios-e-Balancos.aspx?bibliotecaDoc=Atas%20das%20Assembl%3%A9ias%20(a%20partir%20de%202008)/Assembl%3%A9ias%20Gerais%20Ordin%3A1rias)

[http://www.eletronuclear.gov.br/Quem-Somos/Governanca/Documents/Relat%3%B3rios%20e%20Balan%3A7os/Atas%20das%20Assembl%3%A9ias%20\(a%20partir%20de%202008\)/Assembl%3%A9ias%20Gerais%20Ordin%3A1rias/ATA%2043%C2%BA%20AGO%202026%2004%2019%20JUCERJA.pdf](http://www.eletronuclear.gov.br/Quem-Somos/Governanca/Documents/Relat%3%B3rios%20e%20Balan%3A7os/Atas%20das%20Assembl%3%A9ias%20(a%20partir%20de%202008)/Assembl%3%A9ias%20Gerais%20Ordin%3A1rias/ATA%2043%C2%BA%20AGO%202026%2004%2019%20JUCERJA.pdf)